

PATRIMÔNIO, ESPAÇO E MEMÓRIA EM CIDADES NOVAS – O NORTE DO ESTADO DO PARANÁ

PATRIMONY, SPACE AND MEMORY IN NEWS CITIES – THE NORTH OF PARANÁ STATE

Tatiana Colasante

Profª Mestre do Departamento de Turismo da Faculdade de Ciências Econômicas de
Apucarana – FECEA
tatianacolasante@yahoo.com.br

Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente

Profª Drª do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina
huertas@sercomtel.com.br

Resumo: O artigo tem como objetivo fazer uma análise sobre o processo de patrimonialização, estudando este no norte do estado do Paraná. Verificou-se que apenas sete cidades nesta região possuem bens tombados: Londrina, Maringá, Ibiporã, Joaquim Távora, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro e Jacarezinho. A fim de verificar quais elementos significativos do ponto de vista histórico e cultural existentes nestas cidades diferenciam-nas das demais, buscou-se analisar o critério utilizado na escolha destes bens. A compreensão da dinâmica das cidades pelos aspectos culturais remete à concepção do espaço como acúmulo de tempos desiguais, no qual objetos novos e antigos interagem e também são reflexo da cultura de determinada época. O conceito de patrimônio cultural ainda é muito atrelado aos aspectos monumentais e excepcionais da arquitetura, ou seja, às construções antigas, às *rugosidades* que permanecem na paisagem contemporânea. Em virtude da dinâmica socioespacial, a adoção de novos parâmetros para a escolha do que é representativo para a população nos seus aspectos históricos e culturais deve ser levada em consideração, visto que muitos elementos recentes também têm essa função.

Palavras-chave: patrimonialização; bens tombados; inventário cultural; norte do Paraná, Brasil.

Abstract: The aim of this work is to accomplish an introductory analyze of the process of heritage, studied this at the north of Parana's state. It was verified that just seven cities in the region have goods tumbled: Londrina, Maringá, Ibiporã, Joaquim Távora, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro e Jacarezinho. In order to verification from an historical and cultural point of view the meaningful elements from this cities that differentiate them from the others, it was analyzed which were the criteria used to choose those goods. The comprehension of the dynamic of the cities from the cultural aspect leads to the conception of space like an accumulation of unequal times, whereat news and ancients objects interact and reflects the culture of a certain epoch. The concept of cultural patrimony is still much related to the monumental and exceptional aspects of the ancient architecture, that is, the ancient constructions, the roughness that remains in the contemporary landscape. Because of the spatial and social dynamics, the adoption of new parameters to choose what is representative to the population in its historical and cultural aspects should be taken in consideration, given that a lot of recent elements have this identification.

Key-words: heritage; goods tumbled; cultural inventory; north of Paraná, Brazil.

INTRODUÇÃO

Os elementos que formam o espaço urbano na atualidade são frutos de processos históricos diversos, que transformam constantemente a paisagem. A conservação de alguns destes elementos que se destacam de outros em virtude do seu valor histórico e cultural possibilita o fortalecimento da identidade cultural de uma população e também facilita a compreensão da forma atual da cidade. O espaço urbano é, portanto, uma acumulação de tempos que se sobrepõem nas suas formas, já que a sociedade muda constantemente. Os objetos acabam assumindo novas funções ou então ficam à espera de alguma atuação sobre eles, criando-se assim, uma nova organização socioespacial.

Por adquirir uma forma manifestada no espaço, ressalta-se que a cultura possui uma grande relevância na formação das cidades, de tal maneira que seu estudo é imprescindível na sociedade contemporânea. Isso porque o homem, ao modificar o espaço, imprime suas marcas na paisagem, deixando certas especificidades no lugar.

Ressalta-se aqui o papel do Estado na organização espacial da cidade, agindo, muitas vezes, como aparelho de produção simbólica, uma vez que seleciona as formas que serão elevadas à categoria de patrimônio para, posteriormente, serem protegidas de ações externas, forjando um valor identitário para a comunidade. Essa atuação do Estado cria condições para a acumulação do capital e a reprodução das classes dominantes. Logo, as alterações socioespaciais advindas desse agente social refletem relações políticas e de poder. Entretanto, obedecendo à lógica do sistema, este mesmo Estado acaba protegendo determinadas formas com as quais a população se identifica por questões de afetividade, atribuindo assim outro valor ao espaço urbano, não mais mercadológico, mas sentimental.

Outra questão a ser abordada neste trabalho é a tentativa de romper com o paradigma que gira em torno da concepção do que é relevante do ponto de vista histórico-cultural para dada sociedade, ou seja, do entendimento que somente aquilo que é antigo merece ser conservado para a memória coletiva. Dessa forma, as cidades mais novas acabam perdendo sua importância nos assuntos relacionados ao patrimônio, já que não são reconhecidos os seus valores culturais. Este é o caso do norte do estado do Paraná, marcado pela presença de inúmeras cidades novas, entendidas aqui aquelas com menos de cem anos de fundação, assim se percebe nitidamente a falta de comprometimento com a cultura popular por parte do poder público nessa parte do estado. Isso se concretiza na existência de apenas

sete cidades com bens tombados, ou seja, com a esfera máxima de proteção patrimonial. Por outro lado, observa-se a existência de várias cidades litorâneas paranaenses com bens tombados na escala estadual. Interessante ressaltar que ali estão localizadas as cidades mais antigas do estado.

A ciência geográfica tem muito a contribuir com a discussão sobre a recuperação da memória das cidades. O patrimônio cultural é reflexo de parte da cultura da sociedade sendo, portanto, um importante legado para gerações posteriores e se constitui, assim, em um portador de memórias, cuja espacialidade é possível de ser estudada pela Geografia.

1 O patrimônio cultural das cidades

Pelo fato de envolver práticas de caráter objetivo e subjetivo na sua construção (porque é alvo da ação de diversos agentes sociais), a cidade deve ser compreendida muito mais do que um simples traço no espaço, “[...] mas através de sua arquitetura, sua articulação em ruas, avenidas, praças, edifícios, monumentos e ruínas [...]” (IANNI, 1999, p. 71). Seus aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, suas formas, cores, movimentos e sons, inseridos em um contexto urbano, irão contribuir para a construção dos significados da cidade.

Por entender que cada cultura se manifesta de maneira individual e/ou coletiva, é interessante notar a variedade de simbolismos que cada grupo social exprime na paisagem. Desta forma, analisando a construção do espaço urbano por meio da cultura, privilegia-se não somente os aspectos políticos e econômicos, mas também as relações sociais que se estabelecem nesse processo.

Ressalta-se que cada cidade é única, no sentido de possuir uma história singular, na identidade e nas referências utilizadas, pelo menos inicialmente, para a construção das formas - que podem a vir se constituir em patrimônio para a sociedade -, desde a exaltação dos seus pioneiros, de datas importantes até outros elementos considerados importantes na sua construção, geralmente são específicas de cada cidade.

A resistência de determinadas formas antigas na paisagem contemporânea pode ser explicada por diversos fatores, como valor afetivo, estético, econômico e simbólico. Por esta importância, algumas formas acabam se destacando das demais, obtendo a denominação de patrimônio cultural, importante para a manutenção dos valores identitários e, conseqüentemente, para a conservação da memória das cidades.

Segundo Choay (2006), o patrimônio é um conceito “nômade”, visto que abrange uma série de adjetivos (genético, natural, e histórico). A palavra patrimônio tem origem nas estruturas familiares, econômicas e jurídicas, uma relação estreita com a idéia de herança, algo que é transmitido dos pais aos filhos. Essa idéia de transmissão não se relaciona apenas à herança de bens, mas também às práticas sociais. Já o patrimônio histórico “[...] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias” (CHOAY, 2006, p. 11).

O espaço geográfico não é estático e é constituído visualmente por um conjunto de formas que, por possuírem diversas temporalidades, refletem os modos de organização social de outras épocas e que, ao entrarem em contato com uma nova realidade do presente, podem sofrer uma variação na sua função, já que é a sociedade atual que reconfigura este espaço. Por intermédio do uso, o espaço urbano transforma a vida e os lugares e também deixa alguns “rastros” que podem contribuir para a manutenção da identidade, que irá sustentar a memória (CARLOS, 2007). A relação forma-sociedade implica em um valor social, no qual a forma só se torna relevante quando possui alguma importância, em suas diversas possibilidades, para a sociedade. Com base nisso, a forma pode assumir uma durabilidade maior, constituindo-se em um legado para as futuras gerações.

2 Políticas públicas patrimoniais brasileiras

Os primeiros discursos voltados à proteção do patrimônio no Brasil datam do início do século XX, mais especificamente com o Movimento Modernista e a Semana da Arte Moderna, de 1922. Os intelectuais envolvidos buscavam uma nova linguagem estética, voltada para uma temática nacionalista, na qual enalteciam as raízes culturais do país (ADAMS, 2002). Em busca destas raízes, os modernistas chegaram à Minas Gerais, onde encontraram um rico acervo histórico-cultural, com monumentos e núcleos urbanos coloniais abandonados. A cidade de Ouro Preto foi escolhida como ancoradouro dos modernistas, onde estava “[...] o berço da história, a tradição necessária à criação de nossa ‘memória’, à conformação do perfil civilizado” (SIMÃO, 2001, p. 28). Atendendo a um pedido do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, o escritor Mario de Andrade elaborou, em 1936, um anteprojeto que forneceu as bases para a Legislação Federal promulgada em 30 de novembro de 1937, como Decreto-Lei nº. 25, no governo de Getúlio Vargas e que instituiu também a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Este órgão vai mudando de nome, mas sempre mantendo a referência ao termo Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional, sendo na atualidade chamado de Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Definidos os trâmites legais para a proteção do patrimônio no Brasil preocupou-se, logicamente, em definir os termos relacionados a esta temática. No seu texto, Mario de Andrade definiu:

Entende-se por Patrimônio Histórico e Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes ao (sic) poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil. (LEMOS, 1981, p. 38)

Nota-se que a palavra arte é utilizada de forma bastante ampla no texto e é descrita pelo próprio Mario de Andrade como “[...] uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos” (LEMOS, 1981, p. 39). Para estar incluída no Patrimônio Artístico Nacional, Mario de Andrade afirmava que toda obra de arte deveria pertencer pelo menos a uma das oito categorias seguintes:

- 1.Arte arqueológica:** objetos; instrumentos de caça e pesca; sambaquis; inscrições rupestres; indumentária; cantos; lendas; magias; medicina e culinária indígena etc.
- 2.Arte ameríndia:** contempla elementos similares aos mencionados acima;
- 3.Arte popular:** a arquitetura e suas múltiplas construções, como capelinhas de beira de estrada e elementos ligados à etnocultura;
- 4. Arte histórica:** bens culturais, como ruínas, igrejas, fortes etc, artefatos e iconografias alusivas a fatos brasileiros como mapas e gravuras;
- 5. Arte erudita nacional:** manifestações de artistas nacionais;
- 6.Arte erudita estrangeira:** manifestações de artistas estrangeiros;
- 7. Artes aplicadas nacionais:** manifestações ligadas ao mobiliário nacional como decoração, tapeçaria etc;
- 8.Artes aplicadas estrangeiras:** manifestações ligadas ao mobiliário estrangeiro. (LEMOS, 1981, p. 39, grifo nosso)

Há que se destacar que foi também com Mario de Andrade que se originou o tombamento, como instrumento legal de proteção ao patrimônio, por quatro livros: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Ainda hoje, os bens materiais

são classificados de acordo com estes Livros. Simão (2001) chama a atenção pela falta de especificação dos bens que pertenceriam a cada grupo, que foram deixados à mercê da própria instituição, o SPHAN. Houve o predomínio da arquitetura e sítios urbanos coloniais e das obras de arte pura e aplicada como alvos do tombamento. Privilegiavam-se os setores dominantes da sociedade, “esquecendo-se” de elementos culturais que também compõem a sociedade brasileira como senzalas, quilombos, vilas operárias e cortiços, como se houvesse uma memória unívoca e um passado homogêneo, em que não houvesse conflitos e contradições sociais (ORIÁ, 2002). A partir da década de 1940, começaram a serem tombados alguns edifícios modernos, como a Igreja de São Francisco de Assis, em Minas Gerais e já na década de 1980, o Plano Piloto de Brasília e alguns marcos naturais como o Pico do Itacolomi (Ouro Preto - Mariana).

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 216 define como patrimônio cultural brasileiro os “[...] bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade” (BRASIL, 1988, s.p.). Mesmo destacando os aspectos imateriais da cultura brasileira, é necessário fazer uma ressalva: até o ano 2000 não havia no país uma legislação específica que salvaguardasse esse tipo de bem cultural. O início do debate sobre a conservação do patrimônio imaterial brasileiro começou a partir de 1997, durante o Seminário Internacional “Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção”, em comemoração ao aniversário do IPHAN, que culminou com a criação de uma comissão composta por membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI) no ano seguinte. Essa comissão apresentou a *proposta técnica* do Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000, no qual se criou o registro de bens culturais de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). O decreto prevê quatro livros diferenciados para o registro:

I. Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II. Livro de Registro das Celebrações, para inscrição dos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III. Livro de Registro das Formas de Expressão, reservado às manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV. Livro de Registro dos Lugares, tais como mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas. (BRASIL, 2000, p. 2, grifo nosso)

Por entender a cultura imaterial geralmente atrelada à memória subterrânea - a qual Pollack (1989) conceitua como aquela pertencente às culturas minoritárias e dominadas e que se opõe à memória oficial -, como as manifestações culinárias, danças e ofícios de descendentes de escravos, índios e outros grupos marginalizados que compõe os aspectos intangíveis da cultura brasileira, verifica-se que, na história das políticas públicas patrimoniais do país os elementos dominantes até então, considerados como fortalecedores da identidade cultural, eram vinculados aos feitos de uma elite branca dominadora, logo, uma política excludente, que não contemplava a diversidade étnica do país.

3 O caso do território norte - paranaense

O início do povoamento do Paraná remete ao período colonial, quando o território era disputado entre Portugal e Espanha. Na época, a maior parte do estado pertencia à Espanha, o que dificulta um entendimento claro sobre a demarcação do território entre os séculos XVI e XVIII. Nesse período de dominação espanhola, a parte ocidental do Paraná foi ocupada por povoados e reduções jesuíticas. A população indígena que vivia ali desenvolvia atividades como o plantio de milho, mandioca, criação de gado e extração de erva mate. Mesmo após os tratados, como de Santo Ildefonso em 1777, e conflitos como a Guerra do Paraguai, as dificuldades para a fixação do território ainda permaneceram (FAJARDO, 2006).

A história oficial do estado tem início a partir de seu desmembramento da Província de São Paulo, em 1853. Nota-se que todo o povoamento da região está atrelado à exploração econômica: tropeirismo, madeira, mate, café e soja. Para Fajardo (2006, p. 96), tais “[...] fases resultaram num processo de povoamento irregular, no qual parcelas do território foram sendo ocupadas segundo as motivações de exploração econômica do momento”. Dessa forma, a ocupação diferenciada do território paranaense contribuiu para que surgissem dentro do estado, regiões com características bastante heterogêneas.

Pelo fato de existirem diversos tipos de regionalização do Paraná, optou-se neste trabalho, pela divisão do estado em áreas histórico-culturais, e aí se tem: Paraná Tradicional; Norte paranaense e Sudoeste paranaense (ver figura 1, que já mostra também a localização dos bens tombados segundo essa regionalização). Não se trata de uma

regionalização administrativa oficial, mas de um recorte definido pela espacialidade do processo histórico de povoamento e ocupação econômica do território.

A região que compreende o chamado Paraná Tradicional tem sua história vinculada ao ciclo do ouro, no século XVII, quando os portugueses descobriram ouro em Iguape, Cananéia, Paranaguá e Curitiba. Já no século XVIII, a história da região foi marcada pelas tropas e pela atividade pecuarista. No século XIX, com a chegada dos imigrantes, houve uma mudança nas atividades econômicas que passaram a ser ligadas à extração da erva-mate e da madeira.

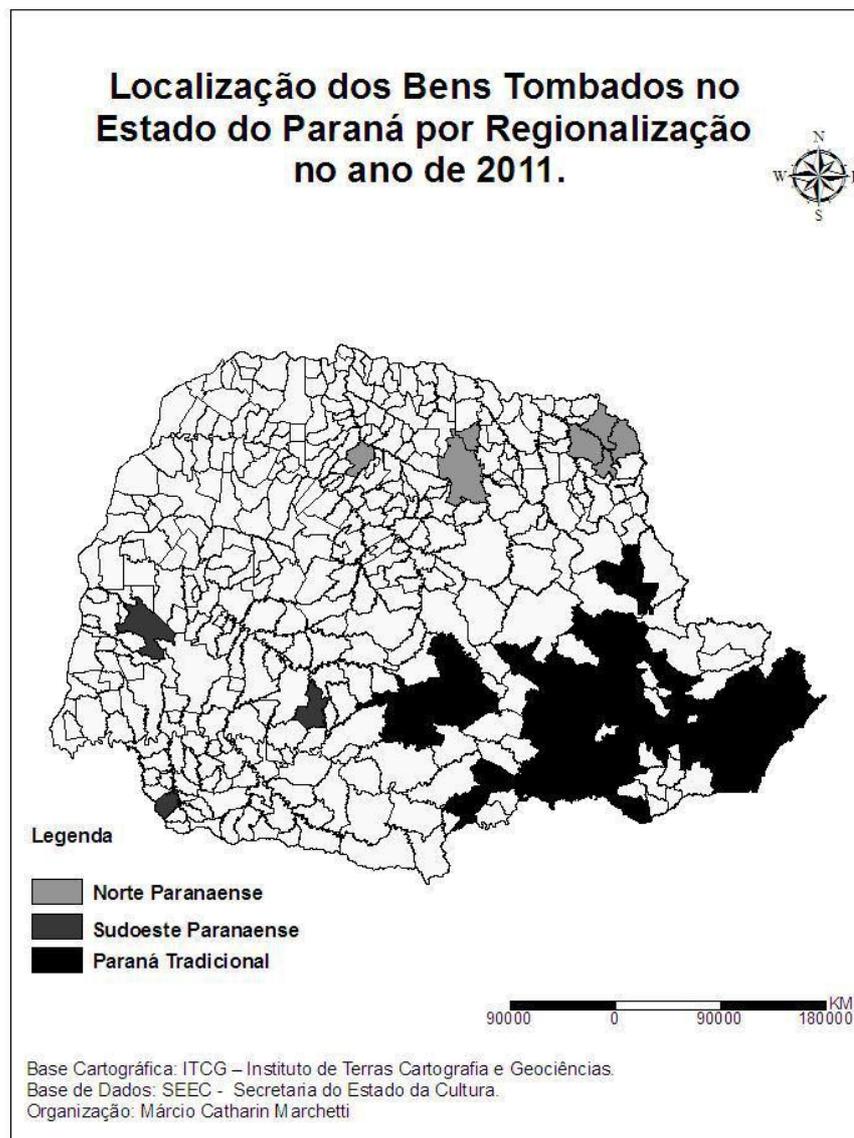


Figura 1: Localização dos municípios com bens tombados segundo a divisão regional em áreas histórico-culturais.

Com relação ao Norte do Paraná, cabe ressaltar que se trata de um processo de ocupação singular, em razão da rápida efetivação do povoamento na região. O início desse processo data da segunda metade do século XIX, com a vinda de imigrantes que começaram a trabalhar com a agricultura, utilizando técnicas similares às empregadas no estado de São Paulo. Somente a partir do início do século XX é que a ocupação dessa parte do estado começa a adquirir novos contornos, de uma forma organizada por meio da ação de companhias de terras particulares, com concessões e/ou alienações feitas pelo governo. Posteriormente, houve a chegada dos mineiros e dos paulistas, que vieram trabalhar na cultura do café, em virtude da crise do café em São Paulo. As terras férteis do norte do Paraná, a chamada “terra roxa”, contribuiu para a prosperidade do café, uma vez que a fertilidade natural do solo era capaz de proporcionar uma abundante produção de grãos sem a necessidade de grandes esforços técnicos.

Conforme explica Padis (1981), a ocupação do norte do Paraná foi um verdadeiro “fenômeno” de movimento ocupacional, que se processou de forma muito rápida e com efeitos surpreendentes: uma área de aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados que em menos de quarenta anos se transformou de mata densa despovoada em região de quase dois milhões de habitantes em 1960.

Por fim, o sudoeste do Paraná, que não era uma região com grande poder de atração como as demais regiões do estado. Ali, somente a partir de 1940 é que a dinâmica foi modificada significativamente pela vinda do excedente de pequenos agricultores oriundos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Conforme Hauresko e Moteka, 2008, p. 1077:

A região Sudoeste também fez, indiretamente, parte da ideologia do Governo Federal o qual visava integrar e conectar todas as regiões interioranas, buscando inseri-las no contexto do desenvolvimento nacional. Dessa forma, foram os pequenos agricultores migrantes dos estados vizinhos do Sul do Brasil que alteraram a estrutura sócio-econômica desta região.

4 Bens patrimoniais paranaenses

Como marco inicial das políticas patrimoniais no Paraná, pode-se citar a criação do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná, em 1935, cujo objetivo era dar um estímulo às atividades intelectuais e artísticas do estado. Em 1948 foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, que assessorava o SPHAN na política patrimonial (ZANIRATO, 2009).

Somente em 1960 ocorreram os primeiros tombamentos na esfera estadual: a Igreja de S. Francisco das Chagas e a de São Benedito, ambas em Paranaguá. Do mesmo modo que os tombamentos anteriores, a ação foi pautada em critérios como ou o valor histórico atribuído ao bem, relacionado com fatos ou figuras tidas como importantes para a história da região; ou o valor artístico conferido às obras consideradas relevantes por expressarem a estética e a cultura do Estado, além do valor documental atribuído aos documentos validados por uma dada interpretação histórica que apregoava a harmonia das relações humanas e escamoteava ou sublimava os conflitos existentes (KERSTEN apud ZANIRATO, 2009, p.7).

Mais uma vez, ressalta-se o enaltecimento dos bens oficiais, no sentido de representarem a história da classe dominante, fato que se refletiu no tombamento, nas décadas seguintes, de palacetes, fortes e igrejas. Por outro lado, o governo do estado começava uma preocupação com a salvaguarda dos bens naturais. Posteriormente se preocupou com alguns símbolos relevantes para determinados grupos étnicos que vieram a compor a população do Paraná, como o Oratório de São Carlos Barromeo, representante da colônia polonesa, o Panteão do Cemitério de Santa Felicidade, da colônia italiana, e a Igreja de São Josafá, da colônia ucraniana (ZANIRATO, 2009). Nas regiões norte, noroeste e oeste do Paraná grande parte dos elementos histórico-culturais não foram reconhecidos como relevantes a ponto de serem tombados pelos governos do estado ou pela União (rever figura 1).

Nota-se que existe uma concentração dos bens tombados na região do Paraná Tradicional, ou seja, uma região cuja ocupação data de meados do século XVII e que possui grande representatividade na história oficial do estado.

O estudo em foco chamou a atenção para a Região Norte, onde se tem apenas sete cidades com bens tombados até o momento. Interessante destacar que todas essas cidades têm sua fundação a partir do início do século XX, constituindo-se, portanto em cidades mais novas do que as que estão localizadas no Paraná Tradicional.

Jacarezinho é a mais antiga delas, sendo fundada em 1900. A cidade, com uma população de pouco mais de 39 mil habitantes (IBGE, 2010), possui três bens tombados em escala estadual: a Estação Ferroviária de Jacarezinho; a Estação Ferroviária Marques dos Reis, ambas tombadas em 2000 e as Pinturas Murais Eugênio de Proença Sigaud (figura 2), tombada em 1990. Há aqui algo de resgate de elementos populares, pois a obra deste pintor se caracterizava pela temática da atividade operária e, para os painéis da catedral, utilizou pessoas da comunidade como modelos.

Ribeirão Claro, que faz divisa com Jacarezinho, foi fundado em 1908 e possui uma população de aproximadamente 10.500 habitantes. Como bem tombado, possui a Ponte Pênsil Alves Lima (figura 3), divisa do município com Chavantes – SP, desde o ano de 2001.



Figura 2: Mural da catedral de Jacarezinho. Fonte: Paraná, 2010.

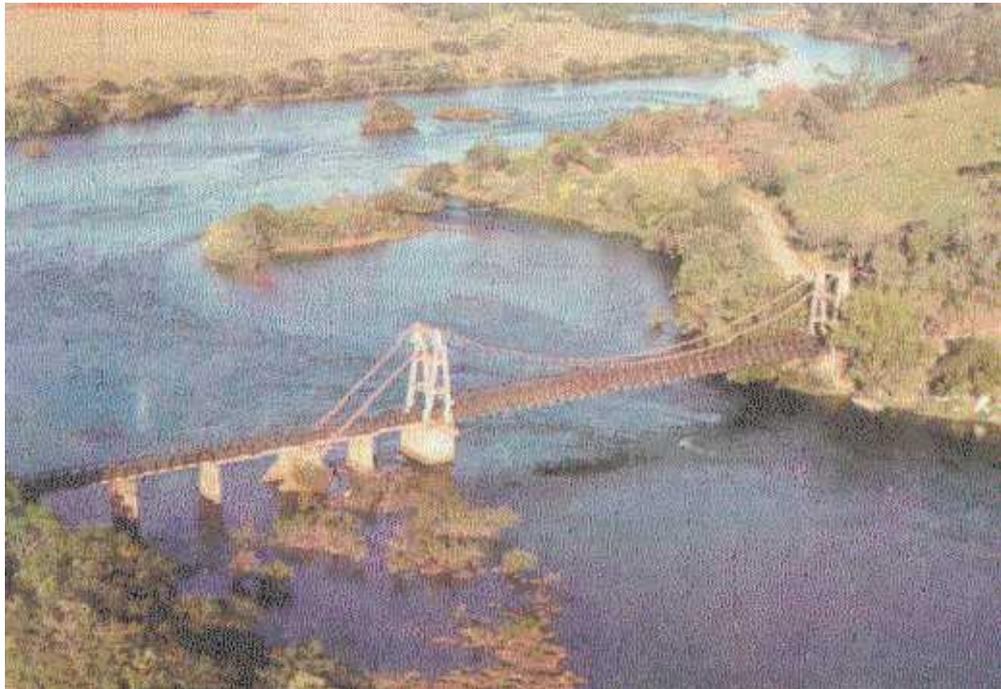


Figura 3: Ponte Pênsil de Ribeirão Claro, uma das três construídas no Brasil. Fonte: Paraná, 2010.

Santo Antônio da Platina foi fundada em 1914 e faz divisa com Jacarezinho e Joaquim Távora. Com uma população de cerca de 42.500 habitantes, teve a Estação Ferroviária Platina tombada no ano de 2000 (figura 4).

Joaquim Távora, fundada em 1929, possui uma população em torno de 11 mil habitantes. Como bem tombado, possui a Estação Ferroviária de Joaquim Távora desde o ano de 2000 (figura 5).

Londrina foi fundada em 1934 e possui uma população em torno de 500 mil habitantes. Possui três bens tombados: o Cine Teatro Ouro Verde, tombado em 1999; a antiga Estação Rodoviária, tombada em 1974, junto com a Praça Rocha Pombo, outro importante patrimônio do município (figura 6).



Figura 4: Estação ferroviária de Santo Antonio da Platina; marco da estrada de ferro que chegou ao município em 1927. Fonte: Paraná, 2010.



Figura 5: Outra estação ferroviária, esta do município de Joaquim Távora, alcançado pelos trilhos em 1924. Fonte: Paraná, 2010.



Figura 6: Cine Teatro Ouro Verde, projeto de Vilanova Artigas, concluído em 1953. Um incêndio destruiu o edifício em 2012. Atualmente há campanhas pela sua reconstrução, com vários depoimentos que mostram sua importância para os moradores de Londrina, pelo menos para os envolvidos com a cultura erudita. Fonte da fotografia: Paraná, 2010.

Maringá foi fundada em 1947 e tem uma população de aproximadamente 350 mil habitantes. Possui um único bem tombado: o Hotel Bandeirantes, registrado no Livro do Tombo em 2005 (figura 7).



Figura 7: Em Maringá, hotel no estilo modernista da década de 1950, construído pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, derivada da *Parana Plantations*. Fonte: Paraná, 2010.

Por fim, o município de Ibiporã foi fundado também no ano de 1947 e tem uma população de cerca de 50 mil habitantes. Tem como bem tombado, a Estação Ferroviária de Ibiporã, desde 2001 (figura 8).



Figura 7: Estação Ferroviária de Ibioporã, concluída em 1936. Apenas pela análise da fotografia, pode-se afirmar que a forma e a função deste objeto do espaço mostram claramente as contradições sociais.
Fonte: Paraná, 2010.

O que se questiona são quais os elementos que determinados bens patrimoniais portam para serem alvos de tombamento e salvaguarda de órgãos estaduais em detrimento de outros que acabam ficando no esquecimento.

Verificou-se que, no Paraná, e pode-se generalizar este estudo, há a tendência de tombar algumas manifestações materiais que se localizam em cidades mais antigas, notadamente concentradas na região do Paraná Tradicional. Em contrapartida, o Norte do estado, que tem uma ocupação mais recente, datada do início do século XX, conta com apenas sete cidade com bens tombados, e estes são apenas bens materiais. Basicamente, não se encontra a valorização de aspectos da cultura popular e da cultura imaterial.

Considerações finais

Assim, discutiu-se a política patrimonial do IPHAN, que legitima a ação da esfera federal no que concerne a salvaguarda do patrimônio brasileiro. Destaca-se que o sentido do patrimônio para a sociedade se manifesta, geralmente, por intermédio de um teor político, marcado pela exaltação dos feitos de uma elite masculina branca dominante, refletida em nomes de ruas, praças e na construção de monumentos, estátuas, templos e outra infinidade de símbolos que privilegiam esse grupo. Em contrapartida, a memória dos excluídos como índios, escravos (e por que não mulheres?), acaba se restringindo as pequenas

lembranças, muitas vezes mais resgatadas mediante relatos do que propriamente manifestadas na paisagem.

Essa é uma tendência na história brasileira e acaba repercutindo na escolha, por exemplo, dos bens patrimoniais tombados. Dessa forma, mesmo que determinada cidade tenha vários elementos históricos e culturais relevantes, pode-se observar a existência de privilégios nos elementos da cultura dominante sobre a cultura marginal.

O trabalho propôs uma reflexão sobre o processo de patrimonialização, estudando o estado do Paraná, em especial a Região Norte. Verificou-se que a cultura pode se materializar em formas que contribuem para a reconfiguração do espaço urbano. Nesse sentido, destaca-se o papel do patrimônio cultural das cidades, já que a cidade possui uma série de significações, que vão desde os valores históricos até valores políticos, econômicos, e afetivos.

Enfatiza-se então, a necessidade de mudar o paradigma que envolve as questões patrimoniais, cujas políticas vêm privilegiando, desde o início do interesse na conservação do patrimônio, o tombamento de manifestações culturais localizadas nas cidades mais antigas e que sejam reflexo da cultura dominante. Apesar de destacar algumas mudanças nesta concepção, como a inclusão do registro dos bens imateriais em anos recentes, a política patrimonial no Brasil, que acaba servindo de modelo para os estados, ainda carece de ações voltadas às cidades mais novas e aos aspectos das culturas populares.

REFERÊNCIAS

ADAMS, B. **Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis: UFSC, 2002.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2010.

_____. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em 17 maio 2011.

CARLOS, A. F. Dinâmicas Urbanas na Metrópole de São Paulo. In: LEMOS, Amália Inês Geraires de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Clacso, 2007, v. 1, p. 75-88.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

FAJARDO, S. O território paranaense: aspectos da ocupação e formação da estrutura produtiva e as transformações da paisagem rural. **Guairacá**(Guarapuava), v. 22, p. 95-117, 2006.

HAURESKO, C.; MOTEKA, G. A pequena propriedade agrária no Paraná Tradicional: origem, localização e caracterização. In: Simpósio de Pós Graduação em Geografia, 1, 2008, Rio Claro. **Anais...**Unesp: Rio Claro, 2008, p. 1076-1093.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE. **Cidades.** Contagem da população 2010. Paraná. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 20 jan. 2010.

LEMOS, C. A. C. **O que é Patrimônio Histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

ORÍÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, C. (org). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2002, p. 128-148.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** São Paulo: estudos históricos, 1989.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo, Hucitec, 1981.

PARANÁ. **Bens tombados por município.** 2010. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em 20 jan. 2010.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do Patrimônio Cultural em cidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ZANIRATO, S. H. O patrimônio cultural em cidades novas. Leituras da política patrimonial paranaense. In: MAGALHÃES, Leandro Henrique, ZANON Elisa Roberta e CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. (Orgs.). **A Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.** Londrina: UNIFIL, 2009, v. 1, p. 78-93.

Recebido para publicação em 06/08/2012

Aceito para publicação em 12/09/2012